

CONTRIBUIÇÃO PARA TESES

1) Conjuntura política nacional e internacional;

A conjuntura internacional é marcada pela crise do capitalismo e pelas consequências da guerra na Ucrânia que vive uma perigosa escalada. O governo brasileiro, que condenou a invasão da Ucrânia pela Rússia, contraria a vontade de militares brasileiros e repele a crescente pressão da União Europeia, dos EUA, da OTAN, para envolver o Brasil no fornecimento de armas ao regime ucraniano. A guerra não interessa aos trabalhadores e aos povos: “Não à guerra”!

A CONDSEF/FENADSEF também expressa sua solidariedade com os povos da América Latina, destacando particularmente a dramática situação do Haiti, vítima sistemática da opressão imperialista.

No Brasil, a derrota eleitoral de Bolsonaro foi apenas um primeiro passo para a reconquista de direitos. Desde o golpe de 2016, profundos ataques foram desferidos aos direitos trabalhistas, à soberania nacional e a todos os setores sociais explorados e oprimidos, incluídos os povos indígenas, a população negra, as mulheres trabalhadoras.

Com total independência frente ao governo de coalizão, que abriga interesses contraditórios e que está emparedado pelo Congresso de maioria reacionária, o movimento sindical dos servidores intervém na situação nacional defendendo suas reivindicações particulares ligadas aos interesses gerais dos trabalhadores e da nação:

- revogação das reformas trabalhista e previdenciária e do Novo Ensino Médio;
- apoio à reforma agrária, contra a criminalização da luta do MST e demais movimentos populares;
- demarcação das terras indígenas, contra o PL 490 do esdrúxulo “marco temporal”;
- política de valorização do salário mínimo, sem “âncora fiscal”;
- luta por aumento geral de salários;
- fim da (falsa) autonomia do Banco Central (taxa de juros);
- reestatização das empresas privatizadas (Eletrobrás, Metrô BH), defesa do patrimônio público contra as privatizações nos estados e municípios;
- defesa do meio-ambiente, da política indigenista, da agricultura familiar, contra o esvaziamento-desmembramento do MMA, MPI, Funai, Conab, promovido pelos ruralistas-bolsonaristas (MP 1154).

2) Perspectivas da organização dos sindicatos gerais do funcionalismo público;

A destruição dos serviços públicos pela falta de concursos, restrições orçamentárias, privatizações, terceirizações, onguizações levam inevitavelmente ao enfraquecimento da organização sindical. Ao lado do enfraquecimento numérico dos servidores ativos, a unicidade sindical (que é o controle estatal sobre quais sindicatos podem ou não existir) é um dos maiores obstáculos ao fortalecimento dos sindicatos gerais dos servidores e empregados públicos federais. A fragmentação em sindicatos por empresa e até por local de trabalho enfraquece a unidade e pulveriza a força da categoria, levando cada setor a fechar-se em si mesmo e a desarmar-se frente aos problemas gerais que, em última instância, determinam o futuro de todas as categorias.

A crescente busca por articulações mais gerais, como os fóruns dos servidores, demonstra que será preciso enfrentar decididamente o desafio de reconstruir a unidade orgânica apontando para a fusão de sindicatos e mesmo de federações e confederações, o que só pode ser levado a efeito rejeitando toda ingerência do estado e dos patrões.

Contra a unicidade sindical e a ingerência estatal, a CONDSEF/FENADSEF, reafirma os princípios constitutivos da CUT, entidade à qual já nasceu filiado, em luta pela Liberdade e Autonomia Sindical; a CUT (estatutos):

- defende que os/as trabalhadores/as se organizem com total independência frente ao Estado e autonomia em relação aos partidos políticos, e que devam decidir livremente suas formas de organização, filiação e sustentação material. Neste sentido, a CUT lutará pelos pressupostos consagrados nas convenções 87 e 151 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, no sentido de assegurar a definitiva liberdade sindical para os/as trabalhadores/as brasileiros/as;

- considera que a classe trabalhadora tem na unidade um dos pilares básicos que sustentarão suas lutas e suas conquistas. Defende que esta unidade seja fruto da vontade e da consciência política dos/as trabalhadores/as e combate qualquer forma de unicidade imposta por parte do Estado, do governo ou de agrupamento de caráter programático ou institucional.

3) Campanha Salarial 2023/2024

Os reajustes salariais, melhoria dos benefícios, criação ou reestruturação dos planos de Carreira precisam ter suas verbas incluídas no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) que será fechado até 31 de agosto.

Por isso é crucial enfrentarmos o debate sobre o “novo arcabouço fiscal”, que impõe graves restrições à melhoria salarial dos servidores e ao próprio serviço público.

Emparedado por um congresso conservador, reacionário e vendido ao capital financeiro, cercado pela imprensa igualmente porta-voz dos interesses do imperialismo, o governo assumiu, ainda antes da posse, em dezembro de 2021, o compromisso de propor uma lei que substituísse o teto de gastos (EC 95/2016) do golpista Temer, na chamada PEC da transição (EC 126/2022).

Ninguém poderia acreditar que coisa boa sairia desse compromisso com o congresso reacionário. E o projeto original do governo (PLP 93/2023), que já era muito ruim e restritivo, foi enormemente piorado pela Câmara dos Deputados, em votação relâmpago realizada em 24 de maio.

Neste momento, o projeto encontra-se sob apreciação do Senado e os servidores, via Condsef, estão empenhados em combatê-lo.

Uma publicação especial analisará todos os seus detalhes, mas desde já se destaca que estão na guilhotina:

- reajuste salarial dos servidores, realização de concursos públicos, criação e reestruturação de carreiras;
- complementações da União para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);
- Fundo Constitucional do Distrito Federal;
- piso da enfermagem.

Quem perde é o povo.

As emendas parlamentares, por outro lado, estarão garantidas “linearmente”.

É uma total contradição com a soberania popular.

A CONDSEF/FENADSEF continuará trazendo esclarecimentos e explicações sobre o que é e quem se beneficia com esse chamado “arcabouço fiscal”.

Não é o povo e nem as finanças públicas.

São os especuladores da dívida pública que arreganham os dentes para defender algum tipo de “âncora fiscal” que é o esmagamento dos gastos sociais para a produção de “superávits primários” que garantem o pagamento dos juros.

Pouca gente conseguiria contar nos dedos da mão os países que cometeram o suicídio econômico de aprovar leis com esse conteúdo.

São leis que garantem o lucro especulativo privado dos magnatas ao mesmo tempo que “socializam” os prejuízos financeiros quando estouram as crises: foi assim em 2008, por exemplo.

Quando o mercado financeiro “quebra” eles correm para se socorrer no caixa dos estados, nos bancos centrais.

Mas quando um programa social é anunciado para o povo que passa fome e está desempregado eles urram acusando “a ganância”.

O crescimento robusto dos gastos sociais e dos investimentos públicos melhora a distribuição de renda e alavanca o desenvolvimento econômico e a reindustrialização do país.

NÃO À AUSTERIDADE FISCAL, ÀS ÂNCORAS E “ARCABOUÇOS”

Um segundo ponto é o acompanhamento do Projeto de Lei sobre negociação coletiva que regulamenta a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ele foi discutido no âmbito das entidades filiadas à CUT e também com as demais centrais sindicais para ser encaminhado ao governo. No momento está em fase final de elaboração (atualizar com as informações disponíveis até a realização do Congresso).

4) Plano de Lutas

1. Reajuste salarial com reposição das perdas inflacionárias dos últimos seis anos e a adoção de uma política salarial permanente, com valorização do vencimento básico e a incorporação de todas as gratificações;
2. Contrapartida do governo de 50% do valor da despesa do servidor com o plano de saúde;
3. Equiparação do auxílio alimentação com os Três Poderes;
4. Revogação da Medida Provisória (MP) 1.156/2023 que extingue a Funasa;
5. Regulamentação da Negociação Coletiva no Serviço Público (Convenção 151 da OIT - Organização Internacional do Trabalho), definindo o 1º de maio como data-base da categoria;
6. Paridade remuneratória entre ativos, aposentados e pensionistas;
7. Isonomia dos benefícios entre os três poderes;
8. Abertura imediata de concursos públicos para repor a força de trabalho do Estado e substituir as contratações com vínculos precários;
9. Melhoria dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) para as empresas públicas: Conab (2023/2024), Ebserh (2023/2024), HFA (celebrar novo acordo para os celetistas) e Valec (acompanhar as negociações com o sindicato dos metalúrgicos de BH);
10. Tornar o vencimento básico a base de cálculo do adicional de insalubridade de todos os empregados públicos;
11. Manter o Serviço de Assistência à Saúde (SAS) dos empregados públicos da Conab nos moldes atuais;
12. Aprovação do PL 2635/2022, que permite aos empregados públicos que já tenham atingido a idade limite para aposentadoria compulsória (75 anos) permanecerem em atividade até completar o tempo mínimo de contribuição requerido pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS);
13. Anulação das Reformas da Previdência (EC 103/2019) e Trabalhista (Lei 13.467/2017);
14. Revogação da Lei 13.429/2017 que regulamentou a terceirização sem limites;
15. Retirada da Reforma Administrativa (PEC 32) da pauta do Congresso;
16. Fim do fator previdenciário;
17. Redução da jornada de trabalho sem redução de salário;
18. Regulamentação do trabalho remoto com garantia dos direitos e sem redução de salário;
19. Instalação imediata das mesas setoriais e locais de negociação permanente;
20. Estruturação e reestruturação de cargos e carreiras com correções das distorções salariais;
21. Participação das entidades sindicais nos debates do Orçamento 2024 e da nova regra fiscal do governo Lula;
22. Revogação de todas as medidas do desgoverno Bolsonaro (portarias, decretos, instruções normativas, dentre outras) que prejudicam os servidores e serviços públicos e a exoneração imediata de todos os

ocupantes de cargos comissionados nomeados pelo ex-governo que perseguiram servidores e integraram a indústria de processos administrativos -PADs.

Um ponto importante do Plano de Lutas é a discussão que está sendo impulsionada pela CONDSEF sobre a Reforma do Estado e Diretrizes dos Planos de Carreira.

Isso porque o MGI está se preparando a passos rápidos para elaborar e propor diversas alterações, a começar por novas regras para a realização de concursos públicos, mas não só. Formas de contratação, relação com as ditas “organizações do terceiro setor” (ONGs!), formatos das carreiras, avaliação de desempenho e tudo o mais que envolve as relações de trabalho no serviço público poderão passar por grandes mudanças.

A Condsef está elaborando um documento a respeito que será disponibilizado na preparação do seu Congresso, previsto para dezembro deste ano.